
A sociologia ao serviço da comunidade. Experiências de actividade sociológica no âmbito das políticas sociais

Marta Ferreira

O que é um sociólogo?

O que faz um sociólogo?

Qual o papel profissional dos sociólogos?

Quais as competências profissionais dos sociólogos?

Estas questões são colocadas frequentemente por Sociólogos (à procura do seu papel profissional no mercado de trabalho), por alunos de Sociologia (que ao longo do curso são assaltados por estas dúvidas), por alguns docentes de Sociologia (que só conhecem a vertente da Investigação Académica), por empregadores (quando recebem o *Curriculum Vitae* de um Sociólogo, técnico do qual desconhecem quais as suas mais valias), por outros profissionais, das Ciências Sociais ou de outras áreas disciplinares, (que não conhecem as funções para que os Sociólogos estão habilitados) e, por fim, pela população em geral (que não sabe o que é um Sociólogo, mas que já viu alguns na televisão).

De facto, diversos sociólogos são confrontados com estas questões, por parte de outrem, mas o mais difícil é dar-lhes uma resposta objectiva e concreta. A primeira resposta que ocorre é: “O sociólogo é um investigador social, um cientista social; Um sociólogo faz investigação, estuda os fenómenos da sociedade; O seu papel profissional é maioritariamente a investigação e a docência nas universidades, mas já há alguns sociólogos, designados profissionalizados ou extra-universitário, a trabalhar na administração pública, sobretudo local, nas empresas e em outros sectores de actividade”. Esta é a visão de senso comum e, felizmente, que há muito mais a dizer acerca do Papel Profissional dos Sociólogos na Sociedade Portuguesa, que se tem vindo a afirmar crescentemente nos últimos anos.

A minha comunicação não pretende dar uma resposta objectiva e concreta às questões em epígrafe, mas tem como objectivo lançar e/ou reforçar o debate acerca destas questões, bem como divulgar as minhas experiências profissionais de Socióloga no âmbito das Políticas Sociais, exemplificando formas de pôr a Sociologia ao serviço da Comunidade e contribuir para a Mudança, que penso que deve ser o principal papel do Sociólogo.

Pertinência da sociologia da intervenção

As problemáticas da Pobreza e da Exclusão Social tornaram-se dominantes ao nível da investigação científica e dos discursos políticos da actualidade, devido às situações de extrema gravidade que revelam existirem nas sociedades desenvolvidas, que se tornam cada vez mais visíveis e intoleráveis; questionando o direito ao bem-estar e à integração para todos, garantidas das sociedades democráticas.

Estes factos levam à convicção de que vivemos numa sociedade em constante devir, em que o ritmo da mudança ultrapassa a capacidade de compreensão e de explicação do real; sendo que se torna cada vez mais necessária a intervenção profissional dos cientistas sociais, em geral, e dos sociólogos, em particular, os quais têm vindo a ser crescentemente solicitados para dar o seu parecer a vários níveis.

Neste sentido, importa destacar que os sociólogos em Portugal, para além da investigação e docência universitária, estão representados em diversificados sectores de actividade e com variados papéis profissionais, desde funções técnicas na Administração Pública, em geral, e nas autarquias locais, em particular, passando pelo ensino, a assessoria técnica a empresas, os estudos de mercado e as sondagens, até ao Planeamento (que em muitos casos suporta a decisão política) e à concepção, execução, gestão e avaliação de Projectos a vários níveis (político, económico, social, cultural, ambiental, empresarial...). Esta abrangência

de campos de integração profissionais dos sociólogos demonstra a polivalência das suas competências pessoais e profissionais.

A *Sociologia da Intervenção* tem dado um importante contributo no sentido de se ir para além da corrente positivista da Sociologia, uma vez que introduziu novos suportes conceptuais para uma sociologia mais próxima do terreno, tendo em vista novas articulações entre a teoria e a acção, entre a investigação e a intervenção. A este respeito Orlando Garcia (sociólogo), declara que «*O campo da Intervenção Social é tão pertinentemente sociológico, que não faz sentido ter a desatenção dos sociólogos.*» (Garcia, 1990: 279).¹

É nesta perspectiva de encarar a Sociologia e a sua mais-valia enquanto fonte de conhecimento e capacidade de intervenção sobre o real que se inscreve esta comunicação, pois desde o início do curso de Sociologia que me interrogo acerca de qual será o papel profissional do sociólogo em termos de intervenção social. E desde então o meu percurso tem sido uma busca constante com vista à descoberta das competências e atribuições profissionais dos sociólogos e uma luta pela afirmação e a divulgação da importância, da relevância e da pertinência da integração profissional de sociólogos em diversos organismos públicos e privados da sociedade.

Experiências de actividade sociológica no âmbito das políticas sociais

Desde 1998 que tenho vindo a colaborar e a participar em projectos de investigação e de intervenção no âmbito da luta contra a pobreza e a exclusão social, promovidos e/ou implementados por Centros de Estudos de Ciências Sociais universitários (CET) e extra-universitários (CESIS), entidades públicas (Segurança Social) e privadas (Instituto de Apoio à Criança); tendo descoberto, aplicado e divulgado competências e papéis profissionais do Sociólogo ao nível da intervenção social.

Onde estão os sociólogos?

Em 1998, aquando da frequência do 3º ano do curso de Sociologia no ISCTE, senti necessidade de complementar a componente teórica das cadeiras optativas com o contacto directo com a realidade social, nomeadamente em contextos de pobreza e de exclusão social. Neste sentido, integrei o *Programa Jovens Voluntário para a Solidariedade* promovido pelo IPJ (Instituto Português da Juventude) e comecei a trabalhar como voluntária no Instituto de Apoio à Criança (IAC) num Projecto financiado pelo Programa *Ser Criança*.

Designação do Projecto: “*Crescer em Comunidade*”

Entidade Promotora: Junta de Freguesia da Ajuda / Instituto de Apoio à Criança

Objectivos do projecto: Prevenção de Situações de Risco na Infância e na Adolescência
Criação e Consolidação de Parcerias Locais Integradas

Funções: Animação de Actividades Lúdicas com Crianças em Meio Escolar

Data: 1998-1999

O primeiro impacto do contacto directo com a realidade social foi a desconstrução imediata da representação idílica da infância, que na altura ainda era possível ter, ao confrontar-me com uma escola do 1º Ciclo do Ensino Básico em que a maioria das crianças provém de meios socialmente desfavorecidos, vivendo no seio de famílias desestruturadas, em contextos de pobreza e de exclusão social. O meu papel nesta escola era o de desenvolver actividades lúdicas com as crianças do 1º ano, com o intuito de as fazer sentir que a escola é um espaço de aprendizagem dinâmico e divertido, onde podem brincar e crescer de forma saudável; e que supostamente deveria limar as diferenças sociais e culturais das crianças, mas que, em muitos

¹ GARCIA, Orlando, (1990), “Solavancos nos entroncamentos: a sociologia de intervenção nas práticas socioculturais do desenvolvimento regional”, in *A Sociologia e a Sociedade Portuguesa na Viragem do Século* (Actas do 1º Congresso português de Sociologia), volume II, Lisboa, Associação Portuguesa de Sociologia

dos casos, as acentua, como pude verificar na pesquisa que fiz neste e noutros contextos escolares.

Como referi tratava-se de um projecto que pretendia criar e consolidar parcerias locais na sua área de intervenção - freguesia da Ajuda – envolvendo diversas entidades públicas e privada da comunidade directa ou indirectamente ligadas à promoção do bem-estar e dos direitos das crianças e uma equipa multidisciplinar de técnicos com intervenção directa no projecto. Como pude observar no contexto da escola onde intervimos, os psicólogos davam consultas de apoio psicológico às crianças com mais dificuldades de aprendizagem e/ou com problemas familiares graves; os educadores sociais estabeleciam a ponte entre a escola e a família, dando especial atenção às situações de absentismo escolar; os assistentes sociais desenvolviam um trabalho de acompanhamento psicossocial com as famílias mais desfavorecidas; os animadores sociais desenvolviam actividades lúdicas com crianças e jovens em contexto escolar ou no seio da comunidade.

Eu perguntava-me: Onde estão os sociólogos? Qual poderá ser o seu papel neste projecto de intervenção? Será que ao sociólogo apenas cabe a função de estudar para conhecer quais as causas e as consequências do insucesso escolar destas crianças, ou outras problemáticas associadas? Será que o sociólogo não tem lugar na intervenção directa, reservando para si apenas a função de observar, inquirir e entrevistar os intervenientes directos nos problemas e depois produzir um relatório com os resultados, como eu fiz para uma pesquisa no âmbito da cadeira de Sociologia da Educação?

Qual a importância da investigação sociológica?

A Investigação Sociológica é de extrema importância pois potencia a produção de conhecimento científico sobre a sociedade dando a conhecer e analisando os fenómenos sociais em vários domínios - educação, emprego, saúde, habitação, ambiente, cultura, ciência e tecnologia, política - e constitui a actividade profissional dos sociólogos que ocupa mais especialistas desta área disciplinar.

Desde os anos 80, a investigação sociológica em Portugal tem vindo a ser incrementada e cada vez mais valorizada e solicitada, uma vez que se verifica que os Centros de Estudos de Ciências Sociais universitários e extra-universitários têm vindo a desenvolver diversos projectos de investigação em várias áreas, quer por solicitação por parte do Estado central e local, de entidades privadas ou da União Europeia, quer por auto-candidaturas a programas de financiamento nacionais e/ou comunitários.

No âmbito da luta contra a pobreza e a exclusão social, são diversos os programas nacionais e comunitários que têm financiado projectos de investigação e de intervenção social a este nível.

No final de 1998 participei como entrevistadora num projecto encomendado pela União Europeia ao Centro de Estudos para a Intervenção Social (CESIS) que ficou encarregue de proceder ao levantamento e análise da informação e dos dados referentes às iniciativas locais de luta contra a exclusão social desenvolvidas em Portugal.

Designação do Projecto: *“Targeted Socio-Economic Research - Local Initiatives (LOCIN)”*

Entidade Promotora: CESIS / União Europeia

Objectivos do projecto: Construção de uma base de dados europeia sobre iniciativas locais de luta contra a exclusão social

Funções: Aplicação de entrevistas a interlocutores privilegiados

Data: Fim de 1998

A mais-valia deste projecto consistiu em conhecer e divulgar dezenas de projectos locais de combate à exclusão social desenvolvidos no nosso país a nível nacional, cujos dados foram tratados cientificamente e os resultados foram integrados numa base de dados europeia que está disponível na internet.

Considero que a investigação sociológica deve ter como finalidade, para além da produção de conhecimento científico sobre a sociedade, pôr a Sociologia ao serviço da

Comunidade e contribuir para a Mudança, sendo este, na minha perspectiva, o principal papel do Sociólogo.

Qual o papel dos sociólogos no planeamento?

O Planeamento é um outro campo profissional em que os sociólogos se têm vindo a afirmar através da sua crescente participação na elaboração de estudos de caracterização social de áreas de intervenção determinadas, de diagnósticos de necessidades e de recursos, de estudos de impacte social, económico, ambiental, que em muitos dos casos constituem o suporte à decisão política para a adopção de determinadas medidas e políticas em diversos domínios. É frequente os Centros de Estudos de Ciências Sociais, onde trabalham sociólogos, serem chamados a apresentar propostas de projectos de investigação e de intervenção, sujeitas a concursos públicos, para a resolução de determinado problema e para a elaboração de Planos de Acção que definam os eixos de intervenção.

O projecto “*PER – Estudo de Caracterização da População Residente em Barracas*”, desenvolvido pelo Centro de Estudos Territoriais (CET) do ISCTE, por encomenda da então Comissão Instaladora do Município de Odivelas, é um exemplo de um projecto no domínio do planeamento, em que uma autarquia local solicita o prévio parecer de sociólogos para orientar a sua intervenção no âmbito do Programa Especial de Realojamento.

Designação do Projecto: “*PER – Estudo de Caracterização da População Residente em Barracas*”

Entidade Promotora: CET - ISCTE / Comissão Instaladora do Município de Odivelas

Objectivos do projecto: Recenseamento da população residente em barracas do Município de Odivelas, no âmbito do Programa Especial de Realojamento

Funções: Aplicação de inquéritos à população residente em barracas

Data: Início de 2000

Uma equipa de estudantes dos cursos de Sociologia e de Sociologia e Planeamento do ISCTE foi para o terrenos inquirir o universo de pessoas e famílias residentes em cerca de 600 barracas do Município de Odivelas com o intuito de produzir uma caracterização sócio-demográfica rigorosa desta população e dos bairros degradados onde (ainda) reside e, com base nesses dados tratados estatisticamente, elaborar um relatório onde constam sugestões, propostas e recomendações para uma eficaz intervenção no futuro processo de realojamento.

A iniciativa desta autarquia de solicitar um parecer sociológico com vista ao planeamento da sua intervenção no âmbito do PER, demonstra que o papel do sociólogo neste domínio é pertinente e valorizado, no entanto, eu pergunto: Passados 4 anos, qual a validade dos dados recolhidos de forma rigorosa em 2000? Em que medida o parecer sociológico será tido em conta aquando do processo de realojamento? Num processo tão complexo como este, que envolve equipa multidisciplinares de áreas tão diferentes como a engenharia, a arquitectura, o serviço social, a segurança e a sociologia, que congregam interesses tão distintos, que outros valores mais altos se levantam?

Como referi anteriormente, para além da busca constante para identificar quais as competências e atribuições profissionais dos sociólogos na intervenção social, que tem caracterizado o meu percurso profissional, tenho procurado divulgar e tentado afirmar a importância e a pertinência da integração profissional de sociólogos em organismos sociais, onde estes profissionais ainda não estejam representados.

Neste sentido, no final da parte curricular do curso de Sociologia e pretendendo desenvolver a minha tese de licenciatura na área das Políticas Sociais, em geral, e da Medida de Política Social Rendimento Mínimo Garantido (RMG), em particular, formulei uma auto-candidatura para estágio curricular em duas Comissões Locais de Acompanhamento (CLA) do RMG, onde especifiquei quais as funções que poderia desempenhar, enquanto socióloga, pondo os meus conhecimentos ao serviço da comunidade onde iria estagiar, em troca do fornecimento de informações e documentos relevantes para a minha investigação.

Designação do Projecto: “*Rendimento Mínimo Garantido (RMG)*”

Entidade Promotora: (o então) Ministério do Trabalho e da Solidariedade:
Comissão Nacional do Rendimento Mínimo (CNRM)

Objectivos do Estágio: Incursão no terreno para recolha de dados para a elaboração da tese de licenciatura;

Conhecer e contactar com a realidade da implementação do RMG a nível local

Funções: Diagnóstico de necessidades da população de um bairro social;

Diagnóstico de necessidades da área de intervenção da CLA;

Observação das reuniões dos técnicos das CLA

Data: 1999- 2000

Tendo por base a tipologia de perfis-tipo do Papel Profissional do Sociólogo, definida por Manuel João Ribeiro², e a incursão no terreno, que me permitiu conhecer e participar na prática local do RMG, constatei que o Papel Profissional do Sociólogo, no âmbito de Medidas, Programas ou Projectos de luta contra a pobreza e a exclusão social, em geral, e no âmbito da Medida Rendimento Mínimo Garantido, em particular, se situa nos quatro domínios fundamentais definidos por este autor: *Domínio do Planeamento*; *Domínio da Investigação*; *Domínio Relacional*; *Domínio Operacional*.

Ou seja, os estudos de Caracterização e Diagnóstico de Necessidades, que desenvolvemos no âmbito dos Grupos de Trabalho das CLA, enquadram-se no *Domínio do Planeamento*; a investigação desenvolvida, com base no estágio, subordinada ao tema “Rendimento Mínimo Garantido: Dever da Sociedade / Direito de Cidadania na luta contra a Exclusão Social”, insere-se no *Domínio da Investigação*, que visa principalmente a produção e divulgação de conhecimento acerca da implementação da Medida RMG ao nível local; o *Domínio Relacional* esteve patente no âmbito da participação nos grupos de trabalho das CLA, em que se desenvolveu um trabalho em parceria; a aplicação dos inquéritos no bairro social, em que nos foi possível contactar directamente com beneficiários do RMG e com a população em geral refere-se ao *Domínio Operacional*. Como se pode observar, as várias actividades desenvolvidas ao longo do período de incursão no terreno, abrangem os quatro domínios apresentados, facto que é importante, pois sem a articulação dos mesmos, o sociólogo, não poderá exercer o seu papel profissional de uma forma plena e integradora.

Conclui desta experiência profissional, a que me propus, que existe uma extrema necessidade no terreno de sociólogos, pois os parceiros e técnicos implicados pertencem a outras e diversificadas áreas profissionais, sentem a falta de técnicos com conhecimentos teóricos específicos ao nível das problemáticas da pobreza e da exclusão social e com competências ao nível do planeamento, da elaboração de projectos e da avaliação, para os apoiarem na prossecução destas actividades que têm vindo a ser exigidas pelas entidades financiadoras dos programa, projectos e medidas de âmbito social.

Em 2000 participei na elaboração do Diagnóstico Social do Concelho de Matosinhos, em colaboração com o Centro de Estudos para a Intervenção Social (CESIS) que é parceiro no Projecto Piloto da Rede Social deste concelho. Importa esclarecer que o *Programa da Rede Social*, implementado em Portugal a partir de 1997, tal como o RMG, se enquadra no campo das Políticas Sociais Activas, tendo como objectivos uma intervenção inclusiva de combate à pobreza e à exclusão social e a promoção da cidadania activa, uma intervenção territorializada e de proximidade com os cidadãos, a partilha de responsabilidades entre o Estado e a Sociedade Civil, no sentido da promoção do Desenvolvimento Social.

Os desafios que a *Rede Social* coloca às entidades públicas e privadas a nível local e aos seus técnicos são os de constituírem e/ou consolidarem estruturas de parceria integradas, pretendendo-se que estas se constituem como plataformas de planeamento estratégico e de coordenação da intervenção social a nível local.

² RIBEIRO, Manuel João (1994), “Um quadro integrado de actividade sociológica: reflexão sobre uma experiência profissional”, in *Dinâmicas Culturais, Cidadania e Desenvolvimento Local* (Actas do Encontro de Vila do Conde), Lisboa, Associação Portuguesa de Sociologia

A introdução formal do planeamento estratégico no âmbito das Políticas Sociais constituiu um factor de inovação neste domínio e vem responder a uma necessidade de articulação e integração das inúmeras iniciativas no âmbito do combate à pobreza e à exclusão social, quer promovidas pelo Estado, quer promovidas pelas instituições da sociedade civil. No entanto, devido à ausência de uma tradição de metodologias de planeamento no campo social, as Câmaras Municipais, entidades a quem cabe a coordenação das Redes Sociais, e os parceiros implicados têm sentido a necessidade de recorrer a técnicos com formação teórico-metodológica ao nível do Planeamento, tendo, por um lado, estabelecido parcerias ou protocolos de assessoria técnica com universidades ou com Centros de Investigação (como foi o caso do CESIS) ou, por outro lado, contratado, em regime de avença, sociólogos, e sobretudo, licenciados em Sociologia e Planeamento, para apoiarem o processo de implementação da Rede Social, pondo os seus conhecimentos ao serviço da comunidade.

No caso específico do Projecto Piloto da Rede Social de Matosinhos, em que participei, o facto de o CESIS já ser parceiro da Rede Social permitiu que o processo de planeamento, que implicava a elaboração do diagnóstico social de necessidades e de recursos do concelho e posteriormente a definição do Plano de Acção da Rede Social e do Plano de Desenvolvimento Social, fosse mediado pelo CESIS, com o qual eu colaborei ao nível da execução de tarefas específicas.

Designação do Projecto: “*Projecto Piloto da Rede Social de Matosinhos*”

Entidade Promotora: Instituto de Solidariedade e Segurança Social
Câmara Municipal de Matosinhos / CESIS

Objectivos do projecto: Realização do Diagnóstico Social de Necessidades e de Recursos do Concelho de Matosinhos

Elaboração do Plano de Acção da Rede Social e do Plano de Desenvolvimento Social

Funções: Tratamento de dados estatísticos;

Construção de base de dados em SPSS

Tratamento e análise de inquéritos aplicados

Data: 2000-2001

É importante esclarecer que quando se fala de assessoria técnica por parte de sociólogos a projectos locais que envolvem técnicos de diversas instituições que integram uma parceria, não se pretende que o sociólogo desenvolva isoladamente o trabalho para que foi solicitado para o entregar no prazo previsto. Ou seja, a função do sociólogo é, principalmente, a de estimular a participação dos parceiros nas actividades da Rede Social, envolvendo-os permanentemente no processo de planeamento e de consolidação das parcerias, através da dinamização da aplicação de metodologias participativas que potenciem o debate e o diálogo entre os parceiros locais acerca das potencialidades, dos problemas, e respectivas causas, existentes na comunidade em questão, bem como através da aplicação e análise de instrumentos de investigação para a produção de conhecimento quantitativo sobre a realidade local e de recolha de dados estatísticos sobre o concelho visado.

No âmbito da elaboração do Diagnóstico Social do Concelho de Matosinhos, o CESIS ocupou um papel de mediador e dinamizador do processo de planeamento, na medida em que encarregou os parceiros locais de procederem à recolha de toda a informação estatística referente aos sectores que representavam – educação, emprego, saúde, segurança social, acção, social -, bem como à aplicação dos inquéritos por questionário aos dirigentes das entidades locais relevantes e a uma amostra aleatória da população do concelho, os quais foram concebidos por sociólogos do CESIS. Ao longo do tratamento e análise dos resultados, estes foram sendo sempre apresentados e discutidos com parceiros da Rede Social, sendo que os resultados finais serviram de base à elaboração do Plano de Acção da Rede Social e do Plano de Desenvolvimento Social do concelho de Matosinhos, que constitui um processo participado e integrado, mediado pelo CESIS.

A mais valia da participação de sociólogos ao nível da assessoria técnica a projectos locais de intervenção social prende-se com o seu *know-how* teórico e metodológico que se torna indispensável na aplicação no terreno destas políticas sociais, na medida em que permite

“descodificar” os conceitos inerentes às problemáticas do combate à pobreza e à exclusão social e os pressupostos que estão na base da definição das políticas sociais, bem como promover uma discussão e reflexão teórica sobre as práticas locais ao nível da implementação de projectos e programas sociais, e contribuir para a sua divulgação através da publicação de investigações e de artigos científicos e da promoção de congressos/ seminários ou acções de formação para o público, em geral, e para os técnicos intervenientes nestes projectos, em particular.

O *domínio relacional* do papel profissional do sociólogo ao nível da assessoria técnica é dominante, na medida em que a sua actuação ocorre em contexto de parcerias que envolvem entidades diferentes, com interesses e objectivos distintos, aplicando metodologias diversificadas, sendo necessário apelar às capacidades de negociação e de mediação de interesses e conflitos dos sociólogos, no sentido de sensibilizar os parceiros para a importância de uma intervenção articulada e integrada para dar resposta à multidimensionalidade dos problemas da pobreza e da exclusão social.

Qual o papel dos sociólogos na intervenção social?

Actualmente integro, enquanto técnica superior de Sociologia, a Equipa Distrital de Lisboa da Linha Nacional de Emergência Social (LNES), estando a desenvolver funções de intervenção directa com população em situação de extrema exclusão social, nomeadamente pessoas sem-abrigo, imigrantes, mulheres e crianças vítimas de violência doméstica, idosos isolados, famílias desalojadas, etc.

Designação do Projecto: Linha Nacional de Emergência Social (LNES)

Entidade Promotora: Ministério da Segurança Social e do Trabalho
Instituto de Solidariedade e Segurança Social

Objectivos do projecto: Identificar e dar resposta imediata a situações de emergência 24 horas por dia, 365 dias por ano;

Sinalizar e encaminhar para acompanhamento situações de grave exclusão social

Funções: Diagnosticar a emergência;

Actuar na crise e responder à emergência;

Orientar situações para encaminhamento e apoio à inserção;

Registar o diagnóstico, a intervenção e o encaminhamento;

Dinamizar e mobilizar a rede local de recursos e apoio para a emergência

Data: Desde início de 2002

A equipa em que trabalho é multidisciplinar, integrando sociólogos, psicólogos e assistentes sociais, facto que é de extrema importância devido à diversidade de problemáticas com que trabalhamos diariamente e ininterruptamente e à necessidade de diferentes pontos de vista na avaliação das situações no terreno.

A existência de sociólogos neste tipo de equipas de acção directa é fundamental e eu considero que também neste contexto profissional o sociólogo desempenha um papel que abarca todos os domínios acima referenciados, manifestando-se a prevalência dos domínios operacional e relacional, sobre os domínios do planeamento e da investigação:

Ou seja, o diagnóstico no terreno da situação de emergência, a actuação na crise e a resposta imediata à emergência enquadram-se no *domínio operacional*; o *domínio relacional* é fundamental aquando da interacção e articulação directa com as diversas entidades parceiras para onde encaminhamos os utentes da LNES. O contacto directo e imediato com a realidade da pobreza e da exclusão social operacionalizada nas situações e nas histórias de vida das pessoas e famílias a quem prestamos auxílio, permite ao sociólogo conhecer em directo, interpretar, sistematizar e produzir novos conhecimentos acerca dos fenómenos da pobreza e da exclusão social em Lisboa (*domínio da investigação*) e a necessária e permanente articulação com os diferentes serviços de Acção Social do Estado e das Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) do Distrito de Lisboa, possibilita ao sociólogo diagnosticar quais as necessidades e os recursos existentes no âmbito das políticas e dos inúmeros programas de Acção Social em Portugal (*domínio do planeamento*).

Conclusão

Em suma, com base na minha experiência profissional, as principais conclusões que retiro são: por um lado, existe uma extrema falta e necessidade de sociólogos no terreno para prestar assessoria técnica, ao nível do Planeamento e Avaliação, a entidades públicas e privadas, em geral, e a programas nacionais e projectos locais de luta contra a pobreza e a exclusão social, que são inúmeros a nível nacional, e, por outro lado, é ao sociólogo que cabe o papel e a iniciativa de demonstrar na prática e afirmar qual é o seu papel e as suas competências profissionais – a sua mais valia – no contexto profissional em que se insere; sendo que, na minha perspectiva, o campo das políticas sociais, é uma área promissora e ainda muito inexplorado de integração profissional dos Sociólogos da Intervenção